

Política de Defesa e Política Externa: O Balanço do CDS 10 anos após a sua criação.

Bruno Morescalchi Neto. Orientador: Luís Alexandre Fuccille, Unesp Campus de Franca, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Relações Internacionais, bruno_morescalchi@outlook.com, Bolsa Pibic/ CNPq.

Palavras Chave: *Defesa, América do Sul, Cooperação.*

Introdução

A partir de 2002, pode-se dizer que a estratégia da política externa brasileira se altera para a “autonomia pela diversificação”, em contraste com a opção anterior da “autonomia pela participação” (VIGEVANI, CEPALUNI, 2012¹). Verifica-se também que o objetivo principal continua o mesmo, a busca pela autonomia.

Nesse novo momento da política externa, a América do Sul, considerada já há algum tempo, região estratégica para o Brasil, adquire um novo significado, ampliado pela confluência de líderes considerados progressistas na região. Nesse contexto, surgiram organizações internacionais regionais como a UNASUL.

Dentro desses novos processos, a defesa, tradicionalmente uma área de menor atenção para os governos da região, acabou sendo abarcada, passando a desempenhar um papel chave nesse novo empreendimento de cooperação regional.

Dessa forma, foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano, cujos objetivos eram: ser um espaço de coordenação, debate e cooperação em defesa, incluindo pela primeira vez os 12 países da América do Sul, sem a participação de potências extra regionais.

Objetivo

Tendo como ponto de partida, a teoria dos Complexos Regionais de Segurança de Buzan e Waever (2003), esta pesquisa tem como objetivo compreender como os processos de cooperação em defesa se inseriram dentro da Política Externa Brasileira no período em análise.

Ademais, busca-se fazer um balanço das atividades do CDS nas áreas de cooperação, concertação em defesa na América do Sul e construção da base industrial de defesa regional. Por fim, busca-se compreender os motivos que levaram à paralisação do Conselho, através da teoria do Institucionalismo Sociológico, baseada no trabalho de Wendt (1992) e Hall e Taylor (2003),

expandida no artigo de Carvalho e Resende Souza (2018)².

Material e Métodos

A pesquisa foi construída através da leitura e análise da bibliografia especializada.

Como fonte primária de pesquisa, buscou-se documentos oficiais dos Ministérios da Defesa e Chancelarias dos principais players sul-americanos em defesa, bem como a secretaria da UNASUL.

Outra fonte importante de informações foram os principais jornais e publicações especializadas em defesa dos países membros do CDS.

Por fim, vale citar também as hemerotecas disponíveis no LANTRI da Unesp Franca e o observatório de Forças Armadas e Política Externa do GEDES.

Resultados e Discussão

Vários problemas puderam ser identificados no funcionamento do CDS, como a falta de objetivo comum entre os membros, a dificuldade de coordenação entre os países, a institucionalização insuficiente para abarcar assimetrias e discordâncias, dentre outros que acabaram levando à diminuição da vontade e do capital político necessários à continuação do projeto.

Apesar de todos os problemas, não se pode simplesmente descartar várias ações importantes em direção aos objetivos do CDS, destacando-se as medidas de construção da confiança e o intercâmbio acadêmico no âmbito do Conselho.

Conclusões

Dessa forma, as ações do Conselho acabaram esbarrando em problemas estruturais, impedindo ou atrasando o que havia sido planejado.

Com a frustração no campo da utilidade e a perda do interesse político decorrente da reorientação da cena política sul-americana, o CDS acabou paralisado e, posteriormente, desmantelado.

¹ VIGEVANI, Tullo, CEPALUNI, Gabriel. *A política externa brasileira*. São Paulo: ed. Unesp, 2012.

² CARVALHO, Thales; DE SOUZA, Resende Andréa. *A institucionalização no Complexo Regional de Defesa Sul-Americano: uma comparação entre quatro períodos históricos*. Rev. Bras. Est. De Defesa. V. 5 n. 1, jan. /jun. 2018. p. 303-327.